

## Associação Saúde da Família

CNPJ/MF nº 68.311.216/0001-01

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em reais)

Balanco Patrimonial			Demonstração do Resultado			Demonstração dos fluxos de caixa			
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b>211.189.862</b>	<b>212.100.421</b>		<b>1.372.712.308</b>	<b>1.103.980.584</b>	<b>Superávit do exercício</b>	<b>5.022.899</b>	<b>21.305.487</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	142.772.031	137.970.477	Receitas operacionais	18	1.203.056.553	<b>Itens que não afetam o superávit do exercício para o caixa operacional</b>		
Recursos a receber	5	48.552.333	56.412.494	Repasse de contratos de gestão e convênio	18	2.033.157	Depreciação e amortização	952.000	1.035.848
Adiantamentos	6	18.877.477	16.794.830	Receitas financeiras	18	4.980.965	Amortização de direito de uso	8.930.578	5.723.396
Outros		988.021	922.620	Outras receitas	18	1.619.942	Juros sobre arrendamentos	1.615.563	1.663.428
<b>Não circulante</b>		<b>131.552.222</b>	<b>101.998.567</b>	Gratuidades concedidas	18	1.018.541	Provisão de glosas	(841.508)	3.196.552
Depósitos judiciais	7	77.321.336	67.240.097	Repasse para investimento realizado (1.851.163)		(1.025.618)	Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais	(2.524.065)	1.136.655
Recursos a receber	5	30.038.435	11.942.790	Subvenções governamentais <sup>21</sup>		130.928.525	Provisão de férias	79.380.620	67.015.940
Direito de uso arrendamento mercantil	10	17.316.733	18.124.428	<b>Despesas operacionais (1.367.689.409) (1.082.675.097)</b>			Atualização das provisão para riscos fiscais	1.961.015	1.034.694
Imobilizado	8	6.875.718	4.646.180	Despesas com pessoal	19	(969.809.587)	Provisão para riscos fiscais	7.737.280	7.313.086
Intangível	9	-	45.072	Despesas gerais	20	(226.968.577)	Atualização dos depósitos judiciais	(2.343.960)	(1.274.145)
<b>Total do ativo</b>		<b>342.742.084</b>	<b>314.098.988</b>	Despesa de amortização de direito de uso	10	(8.930.578)	Provisão de honorários advocatícios	38.295	23.945
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.				<b>Total do passivo e patrimônio líquido 342.742.084 314.098.988</b>			Provisão de recursos a receber	(58.654.924)	(49.465.189)
							Provisão de repasse (incobrável)	-	87.445.767
							<b>41.273.793</b>	<b>146.155.464</b>	

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Patrimônio social	Superávit líquido/déficit) acumulado	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>93.023.997</b>	<b>4.663.344</b>	<b>97.687.338</b>
Transferência do superávit do exercício anterior	4.663.344	-	-
Superávit do exercício	-	21.305.487	21.305.487
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>97.687.341</b>	<b>21.305.487</b>	<b>118.992.825</b>
Transferência do superávit do exercício anterior	21.305.487	(21.305.487)	-
Superávit do exercício	-	5.022.899	5.022.899
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>118.992.828</b>	<b>5.022.899</b>	<b>124.021.727</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.			

## Notas Explicativas

**1. Contexto operacional:** A Associação Saúde da Família ("Entidade" ou "Associação"), constituída em 08 de outubro de 1992, é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e tem como objetivo principal a elevação da qualidade de vida humana através da promoção de atividades científicas, filantrópicas, educacionais e/ou literárias na área de saúde pública no Brasil. Tratando-se de uma Entidade filantrópica, a Associação está isenta do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), nos termos do artigo 15 e parágrafos da Lei nº 9.532/97 (alterado pela Lei nº 13.151/15) e do artigo 174 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIRF), desde que atenda aos requisitos contidos na Lei nº 9.790/99 alterado pela Lei 13.800/19, dentre outros, a saber: • Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da Entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações; • Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos sociais; • Manterá contabilidade e registros em consonância com os

princípios gerais da contabilidade brasileira, incluída a divulgação em seu sítio eletrônico das demonstrações financeiras e da gestão e aplicação de recursos, com periodicidade mínima anual; • Possuirá escrituração fiscal de acordo com as normas do Sistema Público de Escrituração Digital da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda aplicáveis à sua natureza jurídica e ao seu porte econômico; • Divulgará em seu sítio eletrônico os relatórios de execução dos instrumentos de parceria e dos termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público firmados e a indicação dos valores despendidos, das atividades, das obras e dos serviços realizados, discriminados por projeto, com periodicidade mínima anual; • Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; • Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; • A partir da data de publicação desta Lei, as demonstrações financeiras anuais das organizações gestoras de fundos patrimoniais com patrimônio líquido superior a R\$ 20.000.000, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), serão submetidas a auditoria independente, sem prejuízo dos mecanismos de controle. **Contratos de Gestão** Abaixo o resumo dos contratos:

Nº contrato	Início das			Repasse em 2022		
	Local	atividades	Vigência	Totais	Mensal	
001/2014	Parelheiros	out/14	out/24	34	25	1352
002/2014	Capela do Socorro	out/14	out/24	62	45	3625
007/2015	Lapa	mai/15	mai/25	32	20	1779
016/2015	Pinheiros	jul/15	jul/25	11	8	486
018/2015	Norte	jul/15	jul/25	70	51	3934
				<b>1501.093.616</b>	<b>125.091.135</b>	

Gerenciar e executar ações da rede assistencial de saúde das regiões supramencionadas em consonância com as políticas de Saúde do SUS e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, assim como o cumprimento das metas previstas nos contratos, dependem diretamente dos repasses financeiros realizados mensalmente em conformidade com os Planos de Trabalho que são aprovados pela Secretaria Municipal de Saúde e Coordenadorias Regionais de Saúde, suportado pelas cláusulas 5.3, 5.4 e 5.5 do contrato firmado. **2. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 R1), aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12 e alterações subsequentes, e aos demais Pronunciamentos Contábeis quando aplicáveis à Associação. A Entidade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A autorização pela Administração, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis, ocorreu em 28 de março de 2022. **3. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações contábeis são descritas a seguir: **a) Apuração do resultado - receitas e despesas:** As receitas oriundas de doações e subvenções são registradas conforme determina a Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) por meio da Resolução nº 1.409/12, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas sob regime de competência. **b) Estimativas contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação são: a) vida útil de ativo imobilizado e intangível, b) mensuração de instrumentos financeiros; e c) análise dos riscos para determinação de provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente essas estimativas e suas premissas. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata (sendo equivalentes de caixa todas as contas bancárias e aplicações financeiras com resgates automáticos) e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. **d) Recursos a receber:** Os recursos a receber referem-se aos direitos a receber pela prestação de serviços na área da saúde e são reconhecidas mediante documento hábil disponível. **e) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os valores referentes a passivos com fornecedores e aos encargos sociais e trabalhistas encontram-se demonstrados pelos seus valores originais. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **f) Imobilizado Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado, tanto próprios como os de gestão pública, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidas para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos; **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida

ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação do exercício de 2021 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2020. A vida útil-econômica estimada para o exercício corrente e comparativo foram considerados conforme taxas anuais mencionadas na Nota Explicativa nº 8, estando sujeitos à análise sobre sua recuperabilidade. **g) Provisão por redução ao valor recuperável de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **h) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais. **i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do regulamento do Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, revogado pelo Decreto 9.580 de 2018 artigos 178 a 184, e o artigo 195 da Constituição Federal. **j) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicações financeiras:** Os rendimentos obtidos com as aplicações financeiras de renda variável estão sendo recebidos pela Entidade sem a retenção de IRRF, de acordo com o artigo 12, parágrafo 2º letras "d", "e", "g" e "h" e parágrafo 3º da Lei nº 9.532/97. **k) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **l) Programa de Integração Social (PIS):** Em virtude de ser uma Entidade filantrópica, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Entidade, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03, sujeitando-se ao pagamento desta sobre suas demais receitas. **m) Provisões para demandas judiciais e administrativas:** A Entidade reconhece provisão para demandas judiciais e administrativas de natureza cível, trabalhista e tributária. A avaliação da probabilidade de perda inclui em evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **n) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Entidade não pratica transações significativas a prazo com valores prefixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **o) Instrumentos financeiros Ativos financeiros Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Demonstração do resultado abrangente		
	31/12/2021	31/12/2020
Superávit líquido do exercício	5.022.899	21.305.487
Total do resultado abrangente do exercício	<b>5.022.899</b>	<b>21.305.487</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.		

Demonstração do resultado abrangente		
	31/12/2021	31/12/2020
Superávit líquido do exercício	5.022.899	21.305.487
Total do resultado abrangente do exercício	<b>5.022.899</b>	<b>21.305.487</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.		

**Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros: Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **p) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **q) Demonstração do resultado abrangente:** As demonstrações do resultado abrangente foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **r) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021 - Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Entidade não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: **(I)** Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em ou após 01 de janeiro de 2022; **(II)** Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações financeiras contábeis sujeitos à incerteza na mensuração". Alteração à IAS 8, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; **(III)** Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. Atualmente, a Entidade está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis, entretanto, acreditam que não terão impactos significativos em suas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na Associação, saldos em poder de bancos e aplicações financeiras de curto prazo. A apresentação desses saldos é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	1.918.835	1.763.029
CDBs (a)	107.758.118	104.712.707
Fundos de investimento (b)	<b>33.095.078</b>	<b>31.494.741</b>
	<b>142.772.031</b>	<b>137.970.477</b>

**(a)** Referem-se a operações de renda fixa junto à instituição financeira por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDBs), indexados à taxa de 104,50% no ano de 2021 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com taxa fixa por 2 anos e liquidez imediata, com intenção de primeira linha com baixo risco de crédito e perda; **(b)** Referem-se a aplicações financeiras automáticas em quotas de fundos de investimentos (não exclusivos) no qual são registrados pelo seu valor de realização, obtido pelo valor da última posição de investimentos. Os fundos de investimentos possuem aplicações diversificadas, os principais são operações compromissadas atreladas à Selic e títulos públicos atrelados a 0,73% CDI, com liquidez

Demonstração dos fluxos de caixa		
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>5.022.899</b>	<b>21.305.487</b>
<b>Superávit do exercício</b>	<b>5.022.899</b>	<b>21.305.487</b>
<b>Itens que não afetam o superávit do exercício para o caixa operacional</b>		
Depreciação e amortização	952.000	1.035.848
Amortização de direito de uso	8.930.578	5.723.396
Juros sobre arrendamentos	1.615.563	1.663.428
Provisão de glosas	(841.508)	3.196.552
Constituição (Reversão) de provisão para demandas judiciais	(2.524.065)	1.136.655
Provisão de férias	79.380.620	67.015.940
Atualização das provisão para riscos fiscais	1.961.015	1.034.694
Provisão para riscos fiscais	7.737.280	7.313.086
Atualização dos depósitos judiciais	(2.343.960)	(1.274.145)
Provisão de honorários advocatícios	38.295	23.945
Provisão de recursos a receber	(58.654.924)	(49.465.189)
Baixa do repasse (incobrável)	-	87.445.767
<b>41.273.793</b>	<b>146.155.464</b>	

Contas de ativo e passivo		
	31/12/2021	31/12/2020
Aumento/(diminuição) em recursos a receber	48.419.440	(36.225.225)
Diminuição em outros ativos	(2.148.048)	(4.768.748)
Diminuição em depósitos judiciais	(7.737.279)	(7.313.088)
Aumento em fornecedores	377.452	1.421.007
Diminuição em salários e encargos sociais	(62.852.922)	(105.310.326)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	-	4
<b>Caixa líquido proveniente das/aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>17.332.436</b>	<b>(6.040.912)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição e baixa de bens próprios e públicos	(1.285.303)	(885.830)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.285.303)</b>	<b>(885.830)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		
Pagamento (captação) de arrendamentos, líquido	(11.245.579)	(6.388.709)
	<b>(11.245.579)</b>	<b>(6.388.709)</b>
<b>Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.801.554</b>	<b>(13.315.451)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	137.970.477	151.285.928
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>142.772.031</b>	<b>137.970.477</b>
<b>Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>4.801.554</b>	<b>(13.315.451)</b>
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis, em conformidade a portaria PRT MS/GM 834/2016, art. 30.		

imediate. **5. Recursos a receber: 5.1 Composição:** Recursos a receber consistem em valores a receber em virtude dos convênios/contratos celebrados com a administração pública, abaixo a composição:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo</b>		
- Contrato de Gestão		
R001/2014 - Parelheiros	9.703.330	8.877.992
R002/2014 - Capela do Socorro	22.275.429	22.798.369
R007/2015 - Lapa	15.518.312	12.759.154
R016/2015 - Pinheiros	2.101.537	1.699.675
R018/2015 - Freguesia do Ó/Brasília e Casa Verde/ Cachoeirinha	<b>28.992.160</b>	<b>21.097.007</b>

continuação

isenção do pagamento da contribuição ao INSS, relativo à quota patronal e SAT/Terceiros por período determinado. A certificação CEBAS tem validade para 3 anos e desde 2002, vem sendo renovada, regularmente, até a data atual. Buscando um objetivo maior, no ano de 2005, a ASF iniciou processo judicial, pleiteando imunidade tributária, e para assegurar as discussões a respeito e maiores argumentos na defesa da imunidade, mantivemos a realização de depósitos judiciais no período de 2005 a 2009, momento esse que o TRF por unanimidade, reconheceu o pedido da imunidade pleiteado pela ASF, cessando assim futuros depósitos judiciais; (c) Este processo encontra-se em fase de julgamento do recurso extraordinário, encontrando-se sobrestado ao RE 566.622 - STF. No parecer do advogado responsável, a possibilidade de êxito da ação é provável, não havendo justificativa para as provisões no passivo não circulante. Devido as chances prováveis de êxito no processo

**Notas Explicativas da ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA**

	PIS	INSS	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>40.860.672</b>	<b>17.792.192</b>	<b>58.652.864</b>
Depósito judicial	7.313.088	-	7.313.088
Atualização financeira	1.034.694	239.451	1.274.145
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>49.208.454</b>	<b>18.031.643</b>	<b>67.240.097</b>
Depósito judicial	7.737.279	-	7.737.279
Atualização financeira	1.961.015	382.945	2.343.960
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>58.906.748</b>	<b>18.414.588</b>	<b>77.321.336</b>

de INSS a Entidade vem mantendo atualizada a provisão para as contingências de honorários advocatícios de acordo com a atualização do processo. **7.2 Movimentação dos depósitos judiciais:**

	01/01/2021	Novos Contratos	Pagamento	Juros Financeiros	31/12/2021
Provisão com arrendamento mercantil	19.333.349	8.122.882	(11.245.578)	1.615.563	17.826.216
	<b>19.333.349</b>	<b>8.122.882</b>	<b>(11.245.578)</b>	<b>1.615.563</b>	<b>17.826.216</b>
	01/01/2020	Novos Contratos	Pagamento	Juros Financeiros	31/12/2020
Provisão com arrendamento mercantil	5.216.688	19.948.362	(7.495.129)	1.663.428	19.333.349
	<b>5.216.688</b>	<b>19.948.362</b>	<b>(7.495.129)</b>	<b>1.663.428</b>	<b>19.333.349</b>

**Cronograma de pagamentos da parcela de provisão para arrendamento mercantil:**

Vencimento	31/12/2021
2022	9.744.388
2023	6.735.124
2024	4.145.729
2025 em diante	997.238
AVP (*)	(3.796.263)
<b>Total</b>	<b>17.826.216</b>

(\*) AVP - Ajuste a Valor Presente.

**11. Fornecedores:**

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de outros profissionais de saúde	884.631	778.136
Outras despesas	719.513	342.997
Locações de imóveis	610.678	583.561
Serviço de assistência médica	481.281	616.023
Material médico e enfermagem	210.502	236.249
Serviços de manutenção predial	165.081	43.216
Autônomos	161.534	280.616
Material manutenção de equipamentos assistenciais	149.884	11.461
Locação de equipamentos administrativos	96.514	25.793
Outros serviços terceirizados	88.299	62.920
Assessoria e consultoria	44.558	43.732
Uniformes e roupa hospitalar	33.045	-
Serviço de informática	8.482	251.846
	<b>3.654.002</b>	<b>3.276.550</b>

**12. Salários a pagar:**

	31/12/2021	31/12/2020
Salários e ordenados a pagar	126.408	119.589
Provisão de férias e encargos	79.380.620	67.015.940
Empréstimo consignado a pagar	25.744	2.813.373
Outros	1.976.026	137.471
	<b>81.508.798</b>	<b>70.086.373</b>

**13. Encargos sociais a pagar:**

	31/12/2021	31/12/2020
FGTS a recolher	245.189	-
INSS a recolher	135.846	-
IRRF a recolher	297.449	227.278
IRRF sobre salários a recolher	15.754.047	12.009.092
ISS a recolher	121.946	114.935
INSS retido terceiros	539.927	550.155
INSS retido autônomos	36.534	53.123
Outros	465.936	418.677
PIS sobre a folha a recolher	881.659	-
	<b>18.478.538</b>	<b>13.373.260</b>

**14. Outras provisões de curto prazo:** Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 6.587.694 (R\$ 7.429.202 em 31 de dezembro de 2020) se refere a provisão de desconto de equipe mínima estimada pela Administração da Entidade. Embora esse desconto seja de competência dezembro de 2021, ele só será abatido na verba de março de 2022.

**15. Provisão para riscos fiscais e demandas judiciais:**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para riscos fiscais (a)	58.906.748	49.208.454
Provisão para demandas judiciais (b)	23.895.867	26.419.931
	<b>82.802.615</b>	<b>75.628.385</b>

(a) **Provisão sobre riscos fiscais:** Trata-se de ação ordinária, com objetivo de se ver DECLARADA a Imunidade da Associação, pertinente ao PIS sobre a folha de salários. Em suma, requereu a Entidade provimento que determine a ré (União) que se abstenha de exigir a entrega das obrigações acessórias, relativas ao recolhimento do PIS sobre a folha mensal, expedindo a certidão de regularidade fiscal. Alternativamente, requereu autorização para efetuar

novação), o tratamento de segregação entre curto e longo prazo, alocação do direito de uso na linha do ativo imobilizado pela sua natureza (bem tangível) com os investimentos realizados e a realizar), passivo a valor presente.

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão com arrendamentos mercantis	21.622.479	22.476.291
Ajuste ao valor presente	(3.796.263)	(3.142.942)
	<b>17.826.216</b>	<b>19.333.349</b>

	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	7.567.279	6.046.312
Passivo não circulante	10.258.937	13.287.037

depósitos judiciais relativos às contribuições ao PIS sobre a folha de salários, suspendendo-se a exigibilidade do crédito tributário, na forma do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional. Diante do fato da antecipação de tutela ter sido indeferida e os valores depositados judicialmente mensalmente para certidão de regularidade fiscal, entendemos que devemos manter tais provisões da obrigação no passivo das demonstrações contábeis.

A seguir a movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldos inicial</b>	<b>49.208.454</b>	<b>40.860.672</b>
Depósito judicial	7.737.279	7.313.088
Atualização financeira	1.961.015	1.034.694
<b>Saldos final</b>	<b>58.906.748</b>	<b>49.208.454</b>

(b) **Provisão sobre demandas judiciais:** A Entidade, assim como outras operando no país, está sujeita a questionamentos de natureza fiscal, trabalhista e cível no curso normal de suas operações. As contingências conhecidas são periodicamente analisadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza dos processos e a experiência histórica em decisões semelhantes, tendo sido constituída provisão para fazer frente às seguintes prováveis perdas para os processos em andamento:

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências trabalhistas	23.895.867	26.419.931
	<b>23.895.867</b>	<b>26.419.931</b>

A seguir, a movimentação da provisão para contingências no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>25.283.276</b>	<b>25.283.276</b>
Adições	-	1.136.655
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>25.283.276</b>	<b>26.419.931</b>
Reversão	-	(2.524.064)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>25.283.276</b>	<b>23.895.867</b>

A Administração da Entidade avalia periodicamente, em conjunto com seus assessores jurídicos, os riscos envolvidos e entende que os montantes provisionados a título destas provisões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são considerados suficientes. Os processos trabalhistas em sua maior centralização estão relacionados a solicitações de reconhecimentos de horas extras, adicional de insalubridade e seus respectivos reflexos. Há ainda outras causas trabalhistas (relacionadas a pedidos de horas extras, descanso semanal remunerado, dentre outros temas relacionados de ex-funcionários) em andamento, no montante aproximado de R\$ 6.533.354, para as quais os riscos de perdas foram considerados como possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade. No julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59 e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021, o STF decidiu em 18 de dezembro de 2020 pela correção monetária de débitos trabalhistas em fase pré-processual pelo IPCA-E e na fase de citação pela taxa SELIC. Embora a decisão tenha impacto direto sobre o passivo trabalhista da ASF, até o presente momento, as reclamações não foram adaptadas ao novo sistema de aplicação de correção monetária. Sobre os juros, ainda não há uma decisão final (isso porque a SELIC já abrange os juros de mora). Também é aguardada a opinião do Legislativo para aplicação plena da nova correção.

**16. Patrimônio Social:** O patrimônio líquido é constituído por dotações acrescido dos superávits e subtraído os déficits acumulados desde a constituição da Entidade.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Social	118.992.828	97.687.341
Superávit do exercício	5.022.899	21.305.487
	<b>124.015.727</b>	<b>118.992.828</b>

**8. Imobilizado:**

Custo	Bens próprios			Bens públicos		
	Imóveis	Veículos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Total	Total
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>429.568</b>	<b>102.983</b>	<b>612.872</b>	<b>1.171.711</b>	<b>2.317.134</b>	<b>13.462.829</b>
Adições	-	-	140.690	502.266	642.956	1.990.502
Baixas	-	-	-	-	-	(14.525)
Transferências	-	-	-	-	-	(54.000)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>429.568</b>	<b>102.983</b>	<b>753.562</b>	<b>1.673.977</b>	<b>2.960.090</b>	<b>13.067.672</b>
Adições	-	-	222.423	743.490	965.913	4.054.973
Baixas	-	-	(412.805)	(575.997)	(988.802)	(2.812.403)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>429.568</b>	<b>102.983</b>	<b>563.180</b>	<b>1.841.470</b>	<b>2.937.201</b>	<b>17.247.443</b>

(a) Equipamentos e Instalações - bens públicos: referem-se a equipamentos de terceiros (poder público) em que a Associação transfere os bens integrantes do ativo imobilizado para o poder público, mediante a aprovação e publicação no Diário Oficial de integração desses itens ao bem sob controle do poder público. **9. Intangível:** É representado principalmente pelos custos de aquisição de software de gestão financeira (SAP ERP 6.0 - EHP7), acrescidos de custos diretamente relacionados à implantação:

	Software		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>1.538.419</b>	<b>(1.415.216)</b>	<b>123.203</b>
Adições	242.875	(321.006)	(78.130)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>1.781.294</b>	<b>(1.736.222)</b>	<b>45.072</b>
Adições	-	(24.773)	(24.773)
Baixas	(253.789)	233.490	(20.299)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>1.527.505</b>	<b>(1.527.505)</b>	<b>-</b>

**10. Arrendamento mercantil:** 10.1 **Direito de uso do ativo de arrendamento mercantil:** A Associação adotou o pronunciamento IFRS 16/CPC 6 (R2) - Operações de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019, considerando como base de análise os contratos com ativos identificáveis, cujo controle do uso do ativo, benefícios econômicos, entre outros aspectos previstos no pronunciamento, são exclusivos da Entidade, independente da forma jurídica dada ao contrato. Contratos de prestação de serviços e acordos de fornecimento foram equiparados a contratos de arrendamento quando há ativo identificável. Na data da adoção inicial, a Associação utilizou a abordagem retrospectiva modificada, optando por mensurar o custo do direito de uso do ativo de arrendamento mercantil ao valor equivalente ao valor presente do passivo de arrendamento mercantil a pagar a partir de 1º de janeiro de 2019, sem qualquer atualização das informações comparativas. A depreciação do direito de uso é calculada com base no prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. Os contratos de arrendamento mercantil com vigência inferior a doze meses e ativo identificável com valor de mercado inferior a 20.000 reais não foram enquadrados no IFRS 16.

**17. Resultado por unidade:**

	Matriz	Capela	Lapa	Parelheiros	Clinica	Norte	Pinheiros	Consolidado
	68.311.216/0001-01	68.311.216/0003-73	68.311.216/0004-54	68.311.216/0005-35	68.311.216/0007-05	68.311.216/0008-88	68.311.216/0009-69	31/12/2021
<b>Receitas Operacionais</b>								
Repasse de contratos de gestão e convênio	14.565.302	377.169.368	232.814.991	142.545.227	-	398.180.240	37.781.425	1.203.056.553
Receitas financeiras	7.125.123	1.386.098	893.633	202.261	77	538.772	87.193	10.233.157
Outras receitas	4.979.915	-	-	-	-	1.050	-	4.980.965
Gratuidades concedidas	-	-	-	-	1.619.942	-	-	1.619.942
Repasse para investimento realizado	(409.482)	(1.266.354)	686.415	158.760	-	202.333	(1.222.835)	(1.851.163)
Subvenções governamentais	1.970.579	49.881.934	26.011.790	18.978.275	198.159	52.127.564	5.504.553	154.672.854
	<b>28.231.437</b>	<b>427.171.046</b>	<b>260.406.829</b>	<b>161.884.523</b>	<b>1.818.178</b>	<b>451.049.959</b>	<b>42.150.336</b>	<b>1.372.712.308</b>
<b>Despesas operacionais</b>								
Despesas com pessoal	(12.426.046)	(310.947.729)	(164.727.881)	(120.489.740)	(1.271.779)	(323.811.144)	(36.135.268)	(969.809.587)
Despesas gerais	(5.622.988)	(76.131.063)	(48.108.300)	(22.237.434)	(183.130)	(69.416.581)	(5.269.051)	(226.968.577)
Despesas com depreciação e amortização	(901.869)	(36.233)	-	-	(12.272)	-	-	(952.000)
Despesa com depreciação bens públicos	(121.802)	(460.528)	(288.999)	(20.330)	-	(131.358)	(99.573)	(1.122.590)
Despesas financeiras	(1.978.079)	(4.789)	(4.043)	(3.728)	(1.240)	(4.228)	(1.611)	(1.997.718)
Arrendamentos de direito de uso	(17.756)	(4.030.544)	(1.631.107)	(2.240.449)	(162.244)	(2.245.319)	(218.722)	(10.546.141)
Gratuidades concedidas	(1.619.942)	-	-	-	-	-	-	(1.619.942)
Subvenções governamentais	(1.970.579)	(49.881.934)	(26.011.790)	(18.978.275)	(198.159)	(51.949.133)	(5.682.984)	(154.672.854)
	<b>(24.659.061)</b>	<b>(441.492.820)</b>	<b>(240.772.150)</b>	<b>(163.969.956)</b>	<b>(1.818.178)</b>	<b>(447.570.035)</b>	<b>(47.407.209)</b>	<b>(1.367.689.409)</b>
	<b>3.572.376</b>	<b>(14.321.774)</b>	<b>19.634.679</b>	<b>(2.085.433)</b>	<b>-</b>	<b>3.479.924</b>	<b>(5.256.873)</b>	<b>5.022.899</b>

**18. Receitas operacionais:** As receitas operacionais recebidas diretamente pela Associação são oriundas basicamente de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou Entidades Públicas e Privadas.

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo - Contrato de Gestão</b>		
R001/2014 - Parelheiros	146.409.277	129.947.433
R002/2014 - Capela do Socorro	391.185.560	305.598.231
R007/2015 - Lapa	235.095.519	172.154.811
R016/2015 - Pinheiros	38.672.571	32.400.905
R018/2015 - Freguesia do Ó/Brasília e Casa Verde/ Cachoeirinha	405.728.068	330.673.840
<b>Subtotal</b>	<b>1.217.090.995</b>	<b>970.775.220</b>
Descontos (-)	(28.625.428)	(18.597.986)
<b>Total</b>	<b>1.188.465.566</b>	<b>952.177.234</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Secretaria Municipal de Saúde de Araçatuba - Contrato de Gestão</b>		
Saúde Assist. Básica de Araçatuba	-	276.568
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>276.568</b>

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Secretaria Municipal de Saúde de Guarulhos - Convênio</b>		

→ continuação

justo deve ter os seguintes níveis: • **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Associação avalia que o valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia de avaliação. A Associação não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

**23.3 Análise da sensibilidade de caixa e equivalentes de caixa (aplicações financeiras):** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras (fundos de investimentos com liquidez imediata) ao qual a Entidade estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram definidos três cenários diferentes. Para 31 de dezembro de 2021, com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média será de 2,75% para o ano de 2021 e este definido como cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de -25% e -50% para as aplicações financeiras (caixas e equivalentes de caixa), conforme a seguir:

Carga	Horas trabalhadas ano/hora	Qtd.	Cenário	
			Provável	Remoto
Membro do Conselho Fiscal	60 horas por R\$ 98,51	3	3.926.231	1.963.115
Suplente Conselho Fiscal	60 horas por R\$ 98,51	3	2.944.673	1.471.346
			<b>231.815,64</b>	

Operação Risco Valor base Provável Remoto  
Aplicações financeiras (\*) CDI 142.772.031 3.926.231 2.944.673 1.963.115

(\*) Saldos em 31 de dezembro de 2021 aplicados em CDB e fundos de investimento, atrelados à variação do CDI, vide Nota Explicativa nº 4. **24. Trabalho não remunerado:** A Associação não remunera, por nenhuma forma, seus dirigentes, conselho de administração e conselho fiscal pelos serviços prestados. Demonstramos abaixo o valor do trabalho não remunerado/voluntário:

Carga	Horas trabalhadas ano/hora	Qtd.	Valor do trabalho não remunerado voluntário	
			Provável	Remoto
Diretor-Presidente	120 horas por R\$ 246,28	1	28.270,20	14.135,10
Diretor Administrativo Financeiro	120 horas por R\$ 246,28	1	28.270,20	14.135,10
Diretor Relações Institucionais	60 horas por R\$ 246,28	1	14.135,10	7.067,55
Membro do Conselho de Administração	60 horas por R\$ 246,28	9	127.215,90	63.607,95

Notas Explicativas da ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA

A divulgação na demonstração dos resultados é realizada de forma compensatória. **25. Atendimentos assistenciais (informações não auditadas):** A Associação Saúde da Família, no cumprimento de seu papel estatutário e assistencial na promoção da saúde, de forma inteiramente gratuita atendeu aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS, na sua clínica instalada na Rua Itápolis nº 1.326 - São Paulo/SP. No exercício de 2021, foram atendidos 10.095 (dez mil e noventa e cinco) pacientes de forma totalmente gratuita pelos profissionais da Associação, resultando em uma redução de 0,06% se comparado com o ano de 2020 onde os atendimentos gratuitos corresponderam a um total de 10.101 (dez mil cento e um) pacientes sendo que no ano de 2019 os atendimentos corresponderam a 9.884 (nove mil, oitocentos e oitenta e quatro) pacientes, conforme informações extraídas da "CIHA - Comunicação de informação hospitalar e ambulatorial" protocolada mensalmente na Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP). Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela Associação foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS. Registre-se que serviços de promoção da saúde efetivados pela Associação foram ofertados, reconhecidos e atestados pelo Gestor Local do SUS. **26. Efeito da pandemia nas demonstrações contábeis: Ações tomadas:** Desde o início da pandemia da Covid-19 no ano de 2020 os colaboradores de áreas administrativas, sempre que possível, foram preparados para realizar trabalho remoto e mantidos em "home office". Foram disponibilizados equipamentos e recursos para uso remoto enquanto durar a pandemia ou enquanto for viável e sustentável o trabalho remoto. As áreas assistenciais estão recebendo reforço de pessoal, equipamento e material para a extensão dos atendimentos além do horário habitual nas unidades, determinadas em conjunto com a SMS-SP, com flexibilidade para atendermos às recomendações do presente momento visando: • Treinar continuamente recursos humanos para atender as demandas do momento; • Expandir e alocar

recursos humanos na linha de frente da assistência; e pessoal de suporte e administrativo necessários; • Implementar o sistema de identificação de casos suspeitos; • Equipar e adaptar os meios para o atendimento e direcionamento aos recursos apropriados para o isolamento; • Desenvolver e implantar processo de orientação referente à quarentena dos contactantes; • Equipar e treinar pessoal para cuidados na recuperação e tratamento das sequelas nas UBS, ESF, ILPs e Home Care; • Equipar e treinar pessoal e locais para vacinação seguindo as normas estabelecidas pela SMS, SES e MS. A ASF adotou estratégias complementares como planejamento para o ano de 2021/2022 para garantir que as informações sejam atualizadas em tempo hábil, de forma dinâmica, didática e possa chegar aos funcionários da ASF que atuam na ponta, afim de ofertar a qualidade e segurança na assistência prestada a todos os usuários. Como ações implementadas, temos: • Orientação e Capacitação sobre a COVID-19 (vacinas, uso adequado de EPIs, fluxos de atendimento, processos de trabalho, entre outros); • Atualizações sobre os novos imunizantes que foram adicionados na grade vacinal (AstraZeneca®, Pfizer® e Janssen®) seguindo o Documento Técnico da Campanha contra a Covid-19 - CVE (Secretaria Estadual de Saúde) e os Instrutivos de Vacinação da Covid-19 do Município de São Paulo PMS/SP/SEABEVS/COVISA em todas as revisões dos documentos, são transmitidas às regionais as novas diretrizes a serem seguidas e implementadas; • Atualização de todos os Protocolos Operacionais Institucional (Inclusão de novos grupos prioritários, doses, imunizantes e técnicas sugeridas), segundo as normativas vigentes baseados nas normas técnicas do Ministério da Saúde, Secretaria Estadual e Municipal de Saúde de São Paulo relacionadas à vacinação da COVID-19; • Elaboração de Informes técnicos para as regionais se necessário sobre as demandas da SMS/SP afim de multiplicar as informações em tempo oportuno visando a qualidade da assistência e a resolutividade das ações; • Avaliação das medidas disciplinares encaminhadas via Contencioso trabalhista voltadas às demandas de vacinação da COVID-19, com vistas a eliminar os erros e possíveis eventos adversos relacionados como indicador de qualidade da assistência de enfermagem, sendo assim através destes, são elaborados planos de ação junto à unidade referida e indicado uma nova metodologia de avaliação dos processos de trabalho de toda a equipe envolvida; • Acompanhamento das fiscalizações voltadas às ações contra a Covid-19 realizadas nas unidades pelo Conselho Regional do Estado de São Paulo - COREN SP e avaliação prévia do encaminhamento das demandas solicitadas pelo conselho pelas unidades para averiguação de prazos, demandas e correções

necessárias. Valores financeiros aprovados, serviços disponibilizados e números de interações referente à Covid no exercício de 2021: • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 002/2014 - Capela do Socorro, tiveram 04 Termos Aditivos no montante de R\$ 39.686.893, sendo, R\$ 37.062.523 como custeio e R\$ 2.624.370 como equipamentos para a unidade de tratamento COVID 19 - HD Capela do Socorro para 125 leitos e 145 contratações; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 007/2015 - Lapa, tiveram 07 Termos Aditivos no montante de R\$ 44.844.532 sendo, R\$ 44.497.574 como custeio e 346.957 de equipamento para unidade de Apoio COVID 19 - Complexo Hospitalar Muni. Sorocabana para 55 leitos e 209 contratações. Dentro desse mesmo contrato tiveram mais 05 Termos Aditivos no montante de R\$ 5.173.057 sendo, R\$ 5.137.497 como custeio e 35.560 de equipamento para unidade de Hospital Dia Lapa - COVID 19 para 20 leitos e 55 contratações; • O contrato de Gestão com a Secretaria da Saúde do Município de São Paulo, sob nº 018/2015 - Norte, tiveram 01 Termo aditivo no montante de R\$ 1.418.659, sendo, R\$ 1.108.591 como custeio, R\$ 26.974 de Reforma e R\$ 283.094 como equipamentos para a unidade de tratamento Unidade de Tratamento COVID-19 - HD Brasília/Freguesia do Ó para 12 leitos e 19 contratações. As ações planejadas para 2022 são: • Estabelecer um cronograma de visitas técnicas em todas as regionais seguindo as áreas de maior demanda de vacinação e postos volantes (drives, mega postos e ações extras) mensalmente com vista na melhoria dos processos de trabalho; • Inclusão de Reuniões técnicas mensais com os Responsáveis Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros responsáveis de sala de vacina para alinhamento e planejamento estratégico para novas solicitações que chegam da SMS/SP com o intuito de melhoria da qualidade assistencial e as eliminações de eventos adversos; • Capacitações e aprimoramento voltados à equipe de enfermagem através de webinários e videoaulas, com métodos síncronos e assíncronos e avaliações como pré e pós testes. A permanência da pandemia acarretará impactos financeiros para a Associação, porém até o momento a Administração estuda os impactos para este ano de 2022. Até o momento não existem parâmetros materiais conclusivos que possam mostrar impactos significativos que refletirão nas operações e nas receitas e despesas da Associação.

**Diretoria**  
Antônio Eduardo Antonietto Junior - Diretor Presidente  
Shirleyde Botelho - Contadora - CRC 1SP273362/O-8

**Conselho Fiscal e Administrativo**

No dia 12/04/2021 na Reunião de Conselhos, foram apreciados e aprovados por unanimidade, pelos Conselhos Fiscal e Administrativo, o balanço patrimonial; as demonstrações contábeis e financeiras e as contas anuais, atos ratificados na Assembleia Geral Ordinária, ocorrida na mesma data.

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Saúde da Família - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Saúde da Família ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Saúde da Família em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabili-

dades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de

continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**BDO RCS Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2 SP 013846/O-1  
Robson Meira  
CRC 1 SP244496/O-5

Um resumo leve e descontraído do noticiário do dia, curadoria de temas inspiradores, além de links para manter-se bem informado(a).

Sempre no fim do dia, de segunda a sexta.

Inscrição gratuita e recebe em seu e-mail:  
<http://www.estadao.com.br/e/pilula>

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
A Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo - CREDIPAULista, inscrita no CNPJ sob número 03.139.644/0001-53, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os 15 (quinze) Delegados Regionais em condições de votar, que representarão os 8.058 (oito mil e cinquenta e oito) cooperados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na sua sede social, à Rua Barão de Ilhapatitinga, nº 93, 6º andar, conjunto 806, no dia 30/04/2022, às 09:30 (nove horas e trinta minutos), em primeira convocação, com a presença mínima de dois terços dos delegados, desde que se obtenha um mínimo de dez delegados; às 10:30 (dez horas e trinta minutos), em segunda convocação, com a presença mínima de metade mais um dos delegados, desde que se obtenha um mínimo de dez delegados, ou às 11:30 (onze horas e trinta minutos), em terceira convocação, com a presença mínima de dez delegados, para deliberarem sobre os seguintes assuntos: ORDEM DO DIA: 1-) prestação das contas do exercício de 2021; 2-) destinação das sobras apuradas do exercício de 2021; 3-) utilização e aplicação dos recursos oriundos do FATES; 4-) fixação do valor dos honorários, gratificações e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e cédula de presença do Conselho Fiscal. São Paulo, 18 de abril de 2022. K-19/04

**SESI**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
O Departamento Regional de São Paulo do Serviço Social da Indústria (SESI-SP) comunica a abertura da licitação:  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2022**  
**Objeto:** Aquisição de piso vinílico para quadra oficial de voleibol padrão internacional.  
**Retirada do edital:** a partir de 19 de abril de 2022, através do portal [www.sesisp.org.br](http://www.sesisp.org.br) (opção LICITAÇÕES).  
**Sessão de disputa de preços (lances):** 2 de maio de 2022 às 9h30, exclusivamente pela internet, no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**São Paulo Obras**  
**SP Obras**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022**  
**PROCESSO SEI nº 7910.2022/0000410-2**  
**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte mediante locação de veículos, 30 (trinta) veículos de passeio, 02 (dois) veículos utilitários, em caráter não eventual, com quilometragem livre, com condutor e combustível, GPS, conforme Anexo I - Termo de Referência. **UASG:** 926351. **Disponibilidade do Edital:** a partir de 20/04/2022 para download através dos sites: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>; <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> e [www.spobras.sp.gov.br](http://www.spobras.sp.gov.br). **Limite para recebimento das propostas:** 05/05/2022, às 09h20 por meio da página eletrônica <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>. **Abertura das propostas:** 05/05/2022 às 09h30min. **Encaminhamento das Propostas:** deverão ser encaminhadas, exclusivamente, por meio eletrônico para o seguinte endereço: <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

**SINDICATO DA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E SIMILARES DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINAEEs**  
**CNPJ Nº 62.510.094/0001-04**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
O Presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo - SINAEEs, inscrito no CNPJ nº 62.510.094/0001-04, em conformidade com os artigos 48 e seus parágrafos e 49 do Estatuto Social, e demais disposições que regulam a matéria, convoca as Empresas Associadas, no pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de abril do corrente ano 2022, às 10:30 horas em primeira convocação ou às 11:00horas em segunda, a qual poderá ocorrer conjuntamente com a Assembleia da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE, com a seguinte ordem do dia: leitura, discussão e votação do parecer do Conselho Fiscal, do balanço patrimonial e das demonstrações de receitas e despesas relativas ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2021 e discussão e aprovação do orçamento de 2022. Diante das recomendações das autoridades sanitárias para se evitar aglomerações em razão do risco de contágio da COVID-19, a Assembleia será realizada de forma eletrônica, à distância, em plataforma virtual. Solicitamos às empresas associadas interessadas em participar da Assembleia que encaminhem, até 25 de abril do corrente ano 2022, para o e-mail [rosangela@abinee.org.br](mailto:rosangela@abinee.org.br), o nome do representante com o endereço de e-mail, juntamente com o nome da empresa associada que representa, para posterior recebimento das informações de acesso à plataforma em que será realizada a Assembleia. **Irineu Govêa**  
**Presidente do Conselho de Administração**  
**São Paulo, 18 de abril de 2022.**

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA ELÉTRICA E ELETRÔNICA - ABINEE**  
**CNPJ Nº 62.510.318/0001-70**  
**Edital de Convocação**  
O Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE, inscrita no CNPJ nº 62.510.318/0001-70, em conformidade com os artigos 53 e seus parágrafos e 54 do Estatuto Social, e demais disposições que regulam a matéria, convoca as Empresas Associadas, no pleno gozo de seus direitos sociais, para a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de abril do corrente ano 2022, às 10:30 horas em primeira convocação ou às 11:00 horas em segunda, a qual poderá ocorrer conjuntamente com a Assembleia do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Estado de São Paulo - SINAEEs, com a seguinte ordem do dia: leitura, discussão e votação do parecer do Conselho Fiscal, do balanço patrimonial e das demonstrações de receitas e despesas relativas ao exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2021 e discussão e aprovação do orçamento de 2022. Diante das recomendações das autoridades sanitárias para se evitar aglomerações em razão do risco de contágio da COVID-19, a Assembleia será realizada de forma eletrônica, à distância, em plataforma virtual. Solicitamos às empresas associadas interessadas em participar da Assembleia que encaminhem, até 25 de abril do corrente ano 2022, para o e-mail [rosangela@abinee.org.br](mailto:rosangela@abinee.org.br), o nome do representante com o endereço de e-mail, juntamente com o nome da empresa associada que representa, para posterior recebimento das informações de acesso à plataforma em que será realizada a Assembleia. **São Paulo, 18 de abril de 2022.**  
**Irineu Govêa - Presidente**